

## **Notas Explicativas**

### **1. Informações Gerais**

**1.1.** O Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 87.934.675/0001-96, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro s/n, teve suas atividades no exercício de 2020 amparadas pelas disposições da Lei Estadual nº 15.399, de 12 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2020, que também dispuseram acerca dos orçamentos das Autarquias e Fundações do Estado.

**1.2.** As ações do Estado são agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais. Essas funções representam o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público estadual.

**1.3.** O Balanço Geral do Estado é apresentado de forma consolidada, incluindo, além da Administração Direta do Estado, suas Autarquias e Fundações. As Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas pelo processo de agregação dos saldos contábeis das referidas entidades, excluindo-se as transações e saldos existentes entre elas, conforme notas explicativas de consolidação. O conjunto completo das Demonstrações Contábeis Consolidadas é composto pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Todas as demonstrações são elaboradas com base no sistema FPE (Finanças Públicas do Estado) e referem-se ao exercício de 2020, comparativamente a 2019, refletindo o registro dos atos e dos fatos da administração direta dos três Poderes e do Ministério Público do Estado, bem como das Autarquias e Fundações vinculadas ao Estado.

### **2. Políticas e Procedimentos Contábeis e Orçamentários**

**2.1.** O registro contábil dos atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio do Estado é realizado com base no Plano de Contas Estendido, estruturado em consonância com a Parte IV da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria 877-2018 da Secretaria do Tesouro Nacional. As demonstrações contábeis do Estado, por sua vez, são estruturadas a partir dos modelos estabelecidos na Parte V do referido Manual.

**2.2.** A classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, está em conformidade com o estabelecido nos itens 70 a 87 da NBC TSP 11, sobre as Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, para fins de cumprimento do Art. 105 da Lei nº 4.320-1964, os totais dos ativos e passivos – financeiros e permanentes –, além do saldo patrimonial, são apresentados em quadro destacado no Balanço Patrimonial. Tal classificação leva em conta a dependência ou não de autorização legislativa para a realização dos ativos e amortização ou resgate dos passivos.

**2.3.** A inscrição de restos a pagar não processados ocorre tão somente em contas das classes de Controle da Aprovação e Execução do Orçamento, sem efeito, pois, no Passivo de natureza patrimonial. Assim, a conciliação entre o total do Patrimônio Líquido, demonstrado no Balanço Patrimonial, e o Saldo Patrimonial, evidenciado em quadro destacado do mesmo demonstrativo, é assim apresentada:

	2020	2019
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(239.703.593.293,77)</b>	<b>(68.267.682.143,40)</b>
Restos a Pagar Não Processados - Saldo de Exercícios Anteriores	(569.080.137,15)	(260.193.794,11)
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição no Exercício	(1.518.609.177,06)	(1.052.595.559,84)
<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>(241.791.282.607,98)</b>	<b>(69.580.471.497,35)</b>

**2.4.** Registro em contas de controle, de natureza não patrimonial, conforme nota explicativa 31.

**2.5.** Os riscos de recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa são reconhecidos em conta de ajuste – redutora de Créditos a Longo Prazo, no subgrupo Realizável a Longo Prazo (nota explicativa 16). O montante de créditos com essa natureza, cujo recebimento é esperado para o ano de 2020, foi registrado em Créditos a Curto Prazo, no Ativo Circulante (nota explicativa 12).

**2.6.** Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163-2001 e STN nº 339-2001, o Passivo da Administração Direta não registra os seguintes valores:

- a) R\$ 113.366.110,90 a repassar às Autarquias e Fundações, referentes a despesas efetuadas à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos foram liquidados até 31-12-2020; e,
- b) R\$ 96.472.429,60 referentes a despesas efetuadas pelas Autarquias e Fundações, à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos não foram liquidados até 31-12-2020.

Como as entidades da Administração Indireta também não registram o ativo decorrente dos repasses a serem realizados pela Administração Direta, não há efeito no Balanço Patrimonial Consolidado.

### **3. Base de Mensuração dos Principais Elementos Patrimoniais**

#### **3.1. Disponibilidades**

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando houver saldo em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

As aplicações no SIAC são registradas por seus valores originais.

#### **3.2. Créditos e Obrigações**

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento da dívida ativa são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são passivos constituídos com base em estimativas das prováveis saídas de recursos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

#### **3.3. Estoques**

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Pelo método do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada

do custo de itens semelhantes no começo de um período, e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada por meio de uma base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, o que depende das circunstâncias da entidade.

### **3.4. Investimentos Permanentes**

As participações em empresas em que o Estado tenha influência significativa são mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP, o investimento é registrado inicialmente a custo e seu valor contábil é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição.

### **3.5. Imobilizado**

Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos com base no valor de aquisição, produção ou construção deduzidos de sua respectiva depreciação.

Os itens obtidos a título gratuito são registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

### **3.6. Precatórios**

Os precatórios são registrados pelo valor atualizado até a data do Balanço Patrimonial, com base em informações recebidas do Tribunal de Justiça/RS, do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Regional Federal. Os precatórios inscritos no exercício são registrados pelo valor original e a atualização é lançada separadamente considerando o saldo acumulado dos precatórios.

### **3.7. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP**

A Portaria STN 548/2015 aprovou, na forma de anexo, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. O Estado do Rio Grande do Sul está adequando os Procedimentos Contábeis com observância dos prazos, conforme tabela a seguir:

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Parcialmente Atendido
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Parcialmente Atendido
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Implantado
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Em implantação / Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Planejamento GTCON RS
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Planejamento GTCON RS

**Legenda:**

**Implantado:** O procedimento encontra-se implementado e alinhado, na essência, às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP vigentes.

**Em Implantação:** Os normativos e/ou os guias de lançamentos contábeis foram expedidos e estão alinhados às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP. Os procedimentos foram iniciados em 01/01/2021.

**Parcialmente Atendido:** Os procedimentos contábeis atualmente adotados estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP, entretanto ajustes devem ser realizados.

**Planejamento GTCON RS:** Os procedimentos contábeis foram incluídos no planejamento do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul - GTCON/RS, instituído pela Portaria SEFAZ/RS nº 45, de 10 de abril de 2019. Os bens de infraestrutura já estão em estudo pelo GTCON e os bens do patrimônio cultural estão no planejamento para 2021.

## Balanco Orçamentário

4. O Balanço Orçamentário Consolidado apresentou, no exercício de 2020, um déficit de R\$ 597.305.996,19, resultado de uma receita total de R\$ 63.960.587.766,84 frente a um total de despesas empenhadas de R\$ 64.557.893.763,03.

5. No Balanço Orçamentário estão registradas receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com suas naturezas. Tais registros se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao RPPS - Regime de Repartição Simples e à contribuição patronal ao RPPS - FUNDOPREV, bem como à cobertura do déficit ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as Receitas Intraorçamentárias, registradas no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE PREV e no Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do rio Grande do Sul – IPE Saúde.

	2020	2019
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>16.694.112.123,15</b>	<b>15.584.248.603,83</b>
RPPS - Cobertura de Déficit	11.392.859.796,45	11.187.150.776,11
RPPS - Contribuição Patronal	4.397.053.643,76	3.385.334.922,47
Fundoprev - Cobertura de Déficit Atuarial	-	27.917.759,14
Fundoprev - Contribuição Patronal	180.233.093,82	265.255.489,37
Fundo de Assistência à Saúde (FAS)	706.682.863,36	697.496.485,35
Outros	17.282.725,76	21.093.171,39
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>17.297.522,06</b>	<b>26.966.226,53</b>
	<b>16.711.409.645,21</b>	<b>15.611.214.830,36</b>

6. Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163-2001 e STN nº 339-2001, as transferências financeiras previstas e realizadas entre a Administração Direta do Estado e as suas Autarquias e Fundações, que não decorram da aquisição de bens e serviços ou do pagamento de impostos, taxas e contribuições, não constituem receitas e despesas orçamentárias e, assim sendo, não integram o Balanço Orçamentário. Em 2020, tais operações atingiram os montantes discriminados no quadro a seguir, considerando-se, na despesa, os valores orçados e realizados nas Autarquias e Fundações à conta dos recursos do Tesouro do Estado.

<b>Despesa em Autarquias e Fundações - Recursos do Tesouro</b>		
<b>Despesa</b>	Orçada	1.470.390.345,00
	Autorizada	1.415.038.047,25
	<b>Empenhada</b>	<b>1.203.320.784,15</b>
	Liquidada	1.127.842.747,32
	Paga	1.044.610.596,80

Ressalta-se que apenas as transferências financeiras entre a administração direta e suas entidades não são demonstradas no Balanço Orçamentário, estando as despesas, previstas e realizadas, originalmente ocorridas em cada entidade e na administração direta, normalmente registradas de acordo com suas naturezas.

7. No Balanço Orçamentário, as anulações de restos a pagar, que até 2019 eram computadas no item Outras Receitas Correntes, deixaram de ser registradas orçamentariamente. O procedimento vai ao encontro do disposto no 3.3 da Parte I do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição.

8. Em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e do Parecer Coletivo 1, de 21-11-2003, do Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto nº 55.585, de 20-11-2020, e a Instrução Normativa CAGE 08/20, de 10-12-2020, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

a) anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$ 64.290.249,14, cujos empenhos foram emitidos entre 1º-1-2016 e 31-12-2019; e,

b) estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2020, no valor de R\$ 126.273.848,99, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.

Ainda, em consonância com o Decreto Federal nº20.910, de 6-1-1932, ao longo de 2020, ocorreram prescrições de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores ao de 2016, no valor de R\$ 42.694.340,40.

**9.** A Receita é demonstrada no Balanço Orçamentário já deduzida dos valores enviados, pelo Estado, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Em 2020, esses valores totalizaram R\$ 6.363.936.493,89. A distribuição, aos Estados, dos recursos arrecadados por esse fundo é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados no âmbito de atuação prioritária dos Estados, ou seja, ensino fundamental e médio. Tais ingressos somaram, em 2020, o montante de R\$ 4.350.246.608,50 e estão demonstrados nas Transferências Multigovernamentais (Transferências Correntes), no Balanço Orçamentário.

**10.** Até 2019, o grupo de Outras Despesas Correntes, no Balanço Orçamentário, registrava, dentre outros, os valores decorrentes das transferências, a outras esferas de governo, de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, previstas na Constituição Federal ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do Estado. A partir do exercício de 2020, esses valores passaram a ser registrados como dedução da respectiva receita, totalizando no exercício o montante de R\$ 10.740.296.069,85.

## **Balanço Patrimonial**

### **11. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa	589,83	17.446,91
Bancos	307.854.429,20	1.849.082.586,71
Rede Bancária - Arrecadação	197.930.053,65	177.601.450,89
Saldo SIAC	721.200.753,78	39.547.321,83
APF de Liquidez Imediata	3.067.258.266,71	960.917.698,46
	<b>4.294.244.093,17</b>	<b>3.027.166.504,80</b>

**11.1. Caixa** – Registra o somatório de numerários em espécie e outros valores em tesouraria.

**11.2. Bancos** – Compreende o somatório das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a Conta Única.

**11.3. Rede Bancária – Arrecadação** – Demonstra os valores da Receita Estadual em fase de arrecadação.

**11.4. Saldo SIAC** – O SIAC representa a centralização das disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, atendendo ao princípio da unidade de caixa (caixa único). O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Banrisul. O saldo SIAC representa as aplicações líquidas dos valores resgatados pela administração direta.

**11.5. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata** – Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 12. Créditos a Curto Prazo

	2020	2019
<b>Créditos Tributários a Receber</b>	<b>7.372.591.119,10</b>	<b>7.668.964.750,65</b>
<b>Dívida Ativa</b>	<b>2.437.383.726,07</b>	<b>1.741.769.952,82</b>
Tributária	2.382.480.000,00	1.700.000.000,00
Não Tributária	54.903.726,07	41.769.952,82
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>269.970.033,31</b>	<b>3.451.449.401,38</b>
Devedores	158.101.736,84	141.977.010,96
Responsáveis	111.868.296,47	1.713.712.613,51
Sequestros Judiciais a Regularizar	-	1.595.759.776,91
<b>Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>	<b>179.676.629,68</b>	<b>935.482.049,96</b>
<b>Outros Créditos a Curto Prazo</b>	<b>444.873.132,41</b>	<b>903.587.554,40</b>
	<b>10.704.494.640,57</b>	<b>14.701.253.709,21</b>

**12.1. Créditos Tributários a Receber** – Demonstra os créditos tributários constituídos por meio de autos de lançamento, incluindo a obrigação tributária principal e seus respectivos acréscimos que totalizaram R\$ 7.909.782.278,57. O valor apresentado no quadro já está descontado do Ajuste para Perdas Estimadas com créditos de auto de lançamento no valor de R\$ 537.191.159,47, conforme calculado pela Subsecretaria da Receita Estadual.

**12.2. Dívida Ativa** – Saldo composto por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez. Esse montante representa a expectativa de recebimento para os 12 meses seguintes à data do Balanço. Os créditos cujos recebimentos são esperados para períodos posteriores estão registrados no Ativo Não Circulante, devidamente deduzidos do respectivo ajuste para perdas, conforme nota explicativa 16.

**12.3. Pagamentos Extraorçamentários** – Demonstra os pagamentos não relacionados a empenhos/liquidações, conforme características descritas a seguir:

**12.3.1. Devedores:** Demonstra os débitos de pessoas físicas ou jurídicas, realizáveis independentemente de autorização orçamentaria. Registra também os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Regional do Trabalho e Pelo Tribunal Regional Federal que ainda não foram regularizados, em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação desta conta.

**12.3.2. Responsáveis:** Demonstra as responsabilidades financeiras impostas a servidores pelo descumprimento das normas vigentes. Registrava até 31-12-2014 os sequestros judiciais referentes às Requisições de Pequeno Valor (RPV) não pagas no prazo legal e as ações judiciais relacionadas à saúde. A partir de 1º-1-2015 os sequestros passaram a ser registrados na conta “Sequestros Judiciais a Regularizar”.

**12.3.3. Sequestros Judiciais a Regularizar:** A partir de 1º-1-2015, essa conta passou a registrar todos os sequestros judiciais da administração direta, sejam aqueles relacionados ao não pagamento de RPV no prazo legal ou aqueles relacionados a ações judiciais da saúde. Nesse caso, existem duas situações, a saber: 1) Havia a informação completa sobre o sequestro, caso em que foi efetuado empenho/liquidação, porém ainda falta a conciliação contábil 2) Não havia a informação completa sobre o sequestro, caso em que a saída de numerário não foi reconhecida orçamentariamente. Em cumprimento à IN CAGE 8/2019, essa conta teve sua utilização encerrada em 31-12-2019 e os sequestros realizados a partir de 2020 passaram a ser registrados como variações patrimoniais diminutivas do exercício em que ocorrerem independentemente de sua regularização orçamentária. A execução orçamentária dos valores sequestrados passou a ser controlada em contas de controle.

Além disso a IN CAGE 8/2019 também previu que os valores de sequestros registrados como ativo em exercícios anteriores, nas contas de Responsáveis, Sequestros Judiciais a Regularizar ou outra (como a conta Depósitos Judiciais utilizada majoritariamente pela Administração Indireta), fossem baixadas à conta de Ajuste de Exercício Anteriores. Essa baixa vai ao encontro das Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a Estrutura Conceitual (NBCT SP 00) já que os valores não poderiam ser caracterizados como ativos.

A seguir demonstram-se os saldos comparados das contas de Responsáveis, de Sequestros Judiciais a Regularizar e de Depósitos Judiciais que evidenciam a baixa patrimonial:

<b>CONTA CONTÁBIL</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Responsáveis	111.868.296,47	1.713.712.613,51
Sequestros Judiciais a Regularizar	-	1.595.759.776,91
Depósitos Judiciais	61.898.475,51	583.163.701,27
<b>Total</b>	<b>173.766.771,98</b>	<b>3.892.636.091,69</b>

**13. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo** – Os investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo pertencem em sua totalidade ao FUNDOPREV que é administrado pelo IPE PREV. O saldo das aplicações cresceu 17,26%, pois os fundos previdenciários foram iniciados em 2011, portanto possuem poucos benefícios concedidos, o que gera um acúmulo de recursos para benefícios que devem ser pagos no futuro. Apesar da Lei 15511/2020 prever que os servidores civis admitidos até a data de implantação do Regime de Previdência Complementar migrem do Plano Previdenciário para o Plano Financeiro, as contribuições desses servidores seguem depositadas no FUNDOPREV.

O FUNDOPREV é segregado entre Civil e Militar e as aplicações são assim distribuídas:

<b>Fundo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
FUNDOPREV Civil	2.621.830.002,92	2.290.784.660,19
FUNDOPREV Militar	582.069.027,44	441.432.651,63
<b>TOTAL</b>	<b>3.203.899.030,36</b>	<b>2.732.217.311,82</b>

**14. Estoques** – Em 2020, os estoques totalizaram o montante de R\$ 421.204.690,53 (R\$ 265.859.758,03 em 2019), correspondendo principalmente a itens de almoxarifado. Desse valor, 85,8% se referem à Secretaria da Saúde.

**15. Imobilizado Mantido para Venda** – O valor de imobilizado mantido para venda em 2020 é composto por R\$ 17.042.450,93 correspondes a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e por R\$ 15.592.638,64, na Secretaria de Obras com origem na carteira habitacional anteriormente administrada pelo IPERGS.

#### **16. Créditos a Longo Prazo**

<b>CRÉDITOS DE LONGO PRAZO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	<b>17.527.465.267,29</b>	<b>18.048.768.018,27</b>
Saldo	43.346.249.329,30	44.071.226.978,58
(-) Ajuste para Perdas	(25.818.784.062,01)	(26.022.458.960,31)
<b>Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>625.993.144,02</b>	<b>496.968.105,99</b>
Saldo	839.849.999,75	729.920.693,75
(-) Ajuste para Perdas	(213.856.855,73)	(232.952.587,76)
<b>Crédito Remanescente Extinção da Caixa Econômica Estadual</b>	<b>917.656.217,35</b>	<b>918.905.061,67</b>
<b>Outros</b>	<b>149.952.512,21</b>	<b>142.661.821,64</b>
<b>TOTAL</b>	<b>19.221.067.140,87</b>	<b>19.607.303.007,57</b>



**16.1. Dívida Ativa Tributária** – Representam os créditos de natureza tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

**16.2. Dívida Ativa Não Tributária** – Representam os créditos de natureza não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

**16.3. Ajustes para Perdas (DA Tributária e DA Não Tributária)** – Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora disponham de prerrogativas jurídicas que favoreçam sua cobrança, apresentam riscos que podem comprometer seu recebimento. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 8ª edição, apesar de exigir que tais riscos sejam considerados no registro contábil desses ativos (ajuste para perdas), não especifica a metodologia a ser utilizada para sua mensuração. Ainda assim, o Manual atribui a responsabilidade pelo cálculo do referido ajuste aos órgãos responsáveis por sua gestão. No Estado do Rio Grande do Sul, os créditos da dívida ativa que se encontram nas fases de cobrança administrativa e judicial são administrados pela Subsecretaria da Receita Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), respectivamente. Exceções a isso são os créditos não tributários com origem na administração indireta, que são administrados pela própria entidade, como é o caso do IPE Prev e IPE Saúde. Assim, a metodologia e o cálculo do ajuste para perdas com a dívida ativa são realizados, em cada caso, por esses órgãos. A seguir, são apresentados os critérios utilizados para o cálculo do ajuste.

#### **Subsecretaria da Receita Estadual (Fase Administrativa)**

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Subsecretaria da Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

- i. **Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança:** são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais 5 (cinco) anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Desta forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.
- ii. **Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 9 (nove) exercícios, apurando-se uma média anual de 7,57%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2020.
- iii. **Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor mínimo de ajuizamento:** Uma parte dos créditos em cobrança não podem ser encaminhados à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298/91. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos. Os valores excluídos da cobrança em 2020 foram somados no ajuste para perdas.

#### **Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)**

O critério de cálculo do Ajuste de Perdas para Dívida Ativa em Fase Judicial não sofreu alterações para o exercício de 2020 e é apresentado a seguir:

Fase da Cobrança	2019 e 2020	Até 2018
	Viabilidade da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Recebido PGE com Bem em Garantia	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Fase não informada até 2018
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre	Sim, sempre
Parcelamento Judicial Bloqueado	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Contra Massa Falida	Não	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada Carta Fiança Apresentada	Sim, sempre	Sim, sempre
Penhora Efetivada - Seguro garantia	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Execução Embargada	Sim, sempre	Sim, até 15 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Acordo Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Depósito Integral	Sim, sempre	Sim, sempre
Suspensão por Ordem Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Penhora de Faturamento	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Adjucação de Precatórios	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Excluído por Prescrição Judicial	Não	Fase não informada até 2018
Falência Encerrada	Não	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não	Não
Motivos Diversos	Não	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não	Não

## IPE Saúde

As prováveis perdas relacionadas à dívida ativa em cobrança pelo IPE Saúde, que constam no Balanço Consolidado, referem-se a créditos junto a CORSAN, considerados como perdas prováveis, enquanto não ocorrer a conclusão no processo que versa sobre a dívida.

### 17. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Refere-se ao repasse efetuado a título de adiantamento de contribuições previsto no artigo 32 da Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos – RPC/RS. A citada lei autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a promover aporte no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições, necessário ao regular funcionamento inicial da entidade. Em decorrência disso, foi assinado Termo de Compromisso entre o Estado do Rio Grande do Sul (Patrocinador) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV, o qual estabeleceu o aporte de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a obrigação de restituição/compensação futura tão logo o aporte em questão deixe de ser necessário ao regular funcionamento da Fundação. Esse aporte foi efetuado no exercício de 2016, em 5 parcelas de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e registrado como pagamento por devedores (ativo circulante). Em 2018 foi assinado o primeiro aditivo ao Termo de Compromisso que estabeleceu o aporte complementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), também a título de adiantamento de contribuições, em 20 (vinte) parcelas mensais e iguais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma, sendo a primeira no mês de agosto de 2018 e as seguintes nos meses consecutivos. Esses pagamentos foram concluídos em 2020. Tanto o valor do adiantamento, quanto o valor da correção monetária, incidente na forma da cláusula 3.1 do termo de compromisso, foram classificados para o Ativo Não Circulante, Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. A seguir detalha-se o valor evidenciado no balanço:

<b>Adiantamentos de Contribuições ao RSPREV</b>	<b>22.299.970,10</b>
Repasse Financeiros efetuados em 2016	10.000.000,00
Correção Monetária de 2016	99.611,38
Correção Monetária de 2017	297.670,89
Repasse Financeiros efetuados em 2018	2.000.000,00
Correção Monetária de 2018	391.746,05
Valor empenhado e liquidado em 2018, pago em 2019	500.000,00
Repasse Financeiros efetuados em 2019	2.500.000,00
Correção Monetária de 2019	599.128,43
Valor empenhado e liquidado em 2019, pago em 2020	3.500.000,00
Valor empenhado, liquidado e pago em 2020	1.500.000,00
Correção Monetária de 2020	911.813,35

## 18. Investimentos

Os investimentos do Estado estão assim distribuídos:

<b>Investimento</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Participações Permanentes em Empresas	11.789.839.304,02	9.577.119.703,80
Investimentos em Fundos	2.004.820.247,54	2.547.093.528,20
<b>Total de Investimentos</b>	<b>13.794.659.551,56</b>	<b>12.124.213.232,00</b>

**Fundos:** São constituídos para financiamento de determinados setores econômicos. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

<b>Fundo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM	1.130.096.120,22	1.177.895.345,37
Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR	266.097.343,68	1.024.600.471,82
Fundo Estadual Apoio Desenv Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER	367.648.317,29	111.227.214,83
Fundo Rotativo de Crédito Educativo - PROCRED	133.159.657,28	133.159.657,28
Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul - FUNTERRA	83.137.088,18	80.368.058,17
Outros Fundos	24.681.720,89	19.842.780,73
<b>Total de Investimentos em Fundos</b>	<b>2.004.820.247,54</b>	<b>2.547.093.528,20</b>

**Participações em Empresas:** As participações em empresas sobre as quais o Estado tem influência significativa são registradas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), conforme Instrução Normativa CAGE 03-2015. O resultado da equivalência patrimonial de 2020 foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete emitido em 30-09-2020 ou em data posterior, sendo a diferença registrada em Variação Patrimonial Aumentativa ou em Variação Patrimonial Diminutiva, conforme o caso. Outras participações em empresas sobre as quais o Estado não exerce influência significativa, são registradas pelo custo. A seguir, demonstra-se o resumo das participações:

<b>Empresas</b>	<b>% do Capital Social pertencente ao Estado</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Empresas Controladas</b>		<b>9.583.854.992,78</b>	<b>7.370.635.200,51</b>
BADESUL	99,99%	727.062.272,94	707.981.292,02
BANRISUL	49,44%	4.130.531.736,84	3.824.001.378,86
CADIP	99,99%	221.190.888,92	221.448.852,90
CEASA	94,24%	15.483.933,20	16.110.326,58
CEEE <sup>1</sup>	99,99%	-	-
CESA <sup>1</sup>	99,93%	-	-
CORSAN	99,99%	3.975.848.872,72	2.066.611.188,42
CRM	99,98%	298.160.574,48	312.273.112,48
EGR	100,00%	95.038.160,40	94.514.243,02
PROCERGS	99,66%	21.273.664,20	20.273.658,87
SULGÁS	51,00%	99.264.889,08	107.421.147,36
<b>Empresas Controladas em Conjunto</b>		<b>1.879.724.315,78</b>	<b>1.803.203.534,87</b>
BRDE <sup>2</sup>	33,33%	1.879.724.315,78	1.803.203.534,87
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>		<b>318.904.130,41</b>	<b>395.387.639,68</b>
CESA		314.064.064,55	279.984.970,36
CORSAN		4.840.065,86	115.402.669,32
<b>Empresas Diversas</b>		<b>7.355.865,05</b>	<b>7.893.328,74</b>
<b>Total de Investimentos em Empresas</b>		<b>11.789.839.304,02</b>	<b>9.577.119.703,80</b>

Nota<sup>1</sup>: Valor do Patrimônio Líquido da CESA e da CEEE é negativo, portanto o valor na Equivalência Patrimonial é ZERO.

Nota<sup>2</sup>: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

## 19. Imobilizado

O Imobilizado é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa CAGE 06-2018, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 atendendo ao prazo estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para lançamentos contábeis referentes ao Imobilizado e Intangível, conforme Portaria STN 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) está implantado na Assembleia Legislativa, na Defensoria Pública, no Tribunal de Contas do Estado e em todos os Órgãos do Poder Executivo da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBCASP. O Poder Judiciário e o Ministério Público, apesar de não utilizarem o APE, têm o seu imobilizado e intangível registrados de acordo com a IN CAGE 06-2018. A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Imobilizado do Estado:

<b>Títulos</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Bens Móveis	3.724.421.499,20	3.529.355.274,54
Veículos	965.711.626,58	942.314.295,74
Bens de Informática	1.064.092.239,46	1.019.094.861,66
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	850.158.394,21	768.541.570,16
Móveis e Utensílios	595.419.335,03	578.252.993,70
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	149.419.823,57	148.690.119,95
Demais Bens Móveis	149.397.243,06	85.046.273,11
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(49.777.162,71)	(12.584.839,78)
Bens Imóveis	7.058.954.573,78	6.732.937.142,76
<b>Total Imobilizado</b>	<b>10.783.376.072,98</b>	<b>10.262.292.417,30</b>

Também conforme a IN 06-2018, a Depreciação de Bens Móveis contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o Imobilizado do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, com as seguintes taxas de depreciação e valores residuais:

Grupo	Vida Útil Estimada	Taxa de Depreciação Anual	Valor Residual
Bens Imóveis	-	0%	100%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10%
Bens de Informática	5	20%	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10%
Mobiliário em Geral	10	10%	10%
Utensílios em Geral	10	10%	10%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10	10%	10%
Veículos	15	6,67%	10%
Armamentos	20	5%	15%
Semoventes	10	10%	10%
Demais Bens Móveis	10	10%	10%

## 20. Intangível

Assim como relatado na Nota Explicativa 19 sobre o Ativo Imobilizado, o Ativo Intangível também é objeto da IN 06-2018 e de registros contábeis por meio do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE). A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Intangível do Estado:

Títulos	2020	2019
Softwares	79.987.856,75	46.894.582,44
Outros Ativos Intangíveis	10.420,00	10.420,00
(-) Amortização Acumulada	(92.825,26)	(29.313,24)
<b>Total Intangível</b>	<b>79.905.451,49</b>	<b>46.875.689,20</b>

Também conforme a IN 06-2018, a Amortização de Bens do Ativo Intangível contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o patrimônio do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, calculadas a partir do prazo estimado de vida útil, informado no momento da aquisição/produção. Na ausência de prazo estimado, o bem não é amortizado.

## 21. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar	2020	2019
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.681.866.819,56</b>	<b>3.663.599.824,11</b>
Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar	1.301.530.859,09	2.182.169.928,98
Provisão para Férias	923.964.630,12	791.335.929,45
Precatórios de Pessoal a Pagar	16.228.902,28	23.773.667,50
Requisições de Pequeno Valor (RPV) a Pagar	30.894.156,14	72.235.726,03
Benefícios Previdenciários a Pagar	257.042.526,08	439.070.328,72
Encargos Sociais a Pagar	152.205.745,85	155.014.243,43
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>10.347.962.714,68</b>	<b>10.059.520.440,56</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.076.820.858,67	5.787.933.219,93
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	4.018.149.187,75	3.886.377.810,10
INSS Parcelado a Pagar	252.992.668,26	385.209.410,53
<b>Total</b>	<b>13.029.829.534,24</b>	<b>13.723.120.264,67</b>

**21.1. Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar:** O saldo refere-se principalmente ao 13º salário de 2020, que está sendo pago parceladamente durante 2021.

**21.2. Provisão para Férias:** Refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (período aquisitivo findo em 2021). Os valores foram calculados com base em aplicativo (Qlik Sense) que utiliza a base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, considerando o salário atual acrescido de 1/3.

**21.3. Precatórios:** O saldo devedor de precatórios está subdividido em diversas contas, conforme explicado na nota explicativa 22.

**21.4. Requisições de Pequeno Valor (RPV) a pagar:** Refere-se a requisições de pagamento de quantia devida pela Fazenda Pública Estadual em face de uma condenação judicial com valores de até 10 salários-mínimos.

**21.5. Benefícios Previdenciários:** O saldo refere-se principalmente ao 13º salário de 2020, que está sendo pago parceladamente durante 2021.

**21.6. Encargos Sociais a Pagar:** O saldo refere-se principalmente às contribuições à recolher ao INSS sobre a folha dos funcionários públicos vinculados ao RGPS (Regime Geral de Previdência).

## 22. Precatórios

O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

No exercício de 2020 houve a centralização da gestão orçamentária e operacional dos débitos de precatórios na Secretaria da Fazenda com o intuito de padronizar e racionalizar os fluxos de controle e pagamento, conforme Lei Estadual nº 15.404 de 18 de dezembro de 2019. A execução orçamentária desses débitos passou a ser efetuada na Unidade Orçamentária (U.O.) 33.03 – Encargos Financeiros do Estado – Sentenças Judiciais.

Demonstram-se a seguir os valores devidos em 31-12-2020:

Precatórios	2020	2019
<b>Passivo Circulante</b>	<b>16.228.902,28</b>	<b>23.773.667,50</b>
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	16.228.902,28	23.773.667,50
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>11.650.977.082,90</b>	<b>11.603.399.745,81</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.076.820.858,67	5.787.933.219,93
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	4.018.149.187,75	3.886.377.810,10
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.556.007.036,48	1.929.088.715,78
<b>Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo</b>	<b>3.669.410.726,55</b>	<b>4.013.184.850,75</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.096.749.625,65	1.313.926.266,27
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	2.572.661.100,90	2.572.661.100,90
Precatórios de Fornecedores a Pagar	-	126.597.483,58
<b>Total</b>	<b>15.336.616.711,73</b>	<b>15.640.358.264,06</b>

**22.1. Precatórios a pagar – Passivo Circulante:** Refere-se a precatórios empenhados, liquidados, a pagar (passivo financeiro).

**22.2. Precatórios a pagar - Passivo Não Circulante:** Refere-se ao valor original dos precatórios que foram inscritos e ainda não foram empenhados.

**22.3. Provisão de Precatórios a Pagar:** Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos.

## 23. Fornecedores e Contas a Pagar

Abaixo são apresentados os saldos de fornecedores e contas a pagar, por tipo, discriminando as parcelas de curto prazo (circulante) e de longo prazo (não circulante):

	Circulante		Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
<b>Fornecedores Nacionais</b>	<b>323.575.176,15</b>	<b>532.456.884,68</b>	-	-
<b>Demais Contas</b>	<b>1.720.067.532,31</b>	<b>1.591.178.628,06</b>	<b>1.556.007.036,48</b>	<b>1.929.088.715,78</b>
Obrig. Pend. de Exec. Orç.	747.301.810,84	632.509.546,40	-	-
Precatórios de Fornecedores	-	-	1.556.007.036,48	1.929.088.715,78
Sentenças Judiciais	330.858.829,94	251.497.809,10	-	-
Valores Méd. Hospital. a Proc.	640.943.097,84	706.207.478,87	-	-
Outros	963.793,69	963.793,69	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.043.642.708,46</b>	<b>2.123.635.512,74</b>	<b>1.556.007.036,48</b>	<b>1.929.088.715,78</b>

**23.1. Fornecedores Nacionais:** São as obrigações com fornecedores de bens e serviços que estão empenhadas e liquidadas (restos a pagar processados).

**23.2. Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária:** Se referem às despesas incorridas, não pagas e não empenhadas. O valor se concentra na Secretaria da Saúde e se refere a repasses a hospitais e municípios.

**23.3. Precatórios:** Conforme Nota Explicativa nº 22.

**23.4. Sentenças Judiciais:** Se referem às despesas judiciais não inseridas em precatórios ou em Requisições de Pequeno Valor – RPVs, que é o caso das despesas relacionadas às ações judiciais da área da Saúde (aquisição de medicamentos e tratamentos médicos e hospitalares).

**23.5. Valores Médicos Hospitalares a Processar:** São valores pendentes de execução orçamentária pelo IPE Saúde.

## 24. Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são apresentados os saldos de empréstimos e de financiamentos, por credor, discriminando as parcelas de curto prazo (circulante) e de longo prazo (não circulante):

	Circulante		Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
<b>Dívida Interna</b>	<b>11.976.237.156,64</b>	<b>9.699.898.699,19</b>	<b>58.523.679.287,57</b>	<b>58.688.229.503,05</b>
BB	-	-	683.687.440,88	683.687.440,88
BNDES	100.046.559,26	151.417.880,88	622.998.095,52	584.449.589,12
Governo Federal	11.875.724.577,14	9.548.043.675,71	57.216.483.785,89	57.419.096.860,56
CEF	466.020,24	437.142,60	509.965,28	995.612,49
<b>Dívida Externa</b>	<b>506.355.007,73</b>	<b>377.212.116,63</b>	<b>10.153.080.177,28</b>	<b>8.247.304.051,30</b>
BIRD	378.337.860,37	255.526.228,59	7.972.810.851,15	6.446.631.584,02
BID	128.017.147,36	121.685.888,04	2.180.269.326,13	1.800.672.467,28
<b>TOTAL</b>	<b>12.482.592.164,37</b>	<b>10.077.110.815,82</b>	<b>68.676.759.464,85</b>	<b>66.935.533.554,35</b>

O aumento no saldo de curto prazo se deve à suspensão dos pagamentos junto ao Governo Federal, amparada por liminar obtida em julho de 2017 que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), negociado atualmente pelo Estado. Esses valores estão devidamente registrados orçamentariamente.

## 25. Obrigações Fiscais

As Obrigações Fiscais de curto e de longo prazo (R\$ 104.678.760,04 e R\$ 105.232.186,11), respectivamente) se referem, quase em sua totalidade, a débitos de PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

## 26. Demais Obrigações a Curto Prazo

	2020	2019
Depósitos Judiciais	10.595.685.442,94	10.595.685.442,94
SIAC - Depósitos de Estatais, Fundos Especiais e Outros	1.304.843.045,09	1.714.456.447,32
Consignações e Retenções	670.191.811,44	1.542.190.561,86
Restos a Pagar - Parcerias, Convênios e outros	303.981.917,48	460.260.770,93
Outras Obrigações de Curto Prazo	1.397.509.306,93	1.216.061.502,30
<b>Total</b>	<b>14.272.211.523,88</b>	<b>15.528.654.725,35</b>

**26.1. SIAC – Depósitos de Estatais, Fundos Especiais e Outros:** Representa o Passivo da Administração Direta com as entidades da Administração Indireta e Fundos Especiais, em decorrência das aplicações realizadas por elas no Caixa Único do Estado.

**26.2. Depósitos Judiciais:** Representa o valor dos depósitos judiciais sacados pelo Estado ao longo dos anos. Tais valores são exigíveis à medida que as causas as quais eles se destinam sejam decididas. O saldo devido ao final de 2020 é o mesmo que era devido ao final de 2019 pelo fato de o Estado não ter efetuado novos saques, por força do disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.138, de 26 de março de 2018. Essa lei determinou que, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (previsto na Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017), o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais, enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, previsto na Lei Complementar Federal nº 151 de 5 de agosto de 2015. Cabe destacar que a Lei nº 15.232, de 1º de outubro de 2018 dispôs sobre a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados. Entretanto, a Lei nº 15.476, de 23 de abril de 2020 suspendeu essa recomposição durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 11.220, de 19 de março de 2020.

**26.3. Consignações:** Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

**26.4. Restos a Pagar – Parcerias, Convênios e outros:** São as obrigações empenhadas e liquidadas relacionadas aos contratos e instrumentos congêneres relacionados a parcerias, convênios e outros.

## 27. Provisões a Longo Prazo

Provisões a Longo Prazo	2020	2019
Provisão Atuarial do RPPS	169.009.954.936,83	2.476.779.263,45
<i>Plano Previdenciário</i>	2.757.525.865,91	2.362.500.272,85
<i>Plano Financeiro</i>	166.252.429.070,92	114.278.990,60
Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo	6.663.573.244,62	-
Provisão de Precatórios a Pagar	3.669.410.726,55	4.013.184.850,75
Provisão para Indenizações Trabalhistas	1.592.593.512,57	1.704.108.584,31
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	128.459.508,00	117.874.899,66
Provisão de Compensação Previdenciária	76.196.469,17	-
Provisão para Riscos Cíveis	62.220.071,76	58.766.723,89
Provisão para Riscos Fiscais	24.000.566,45	-
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	15.345.963,93	11.764.292,23
Outras Provisões de Longo Prazo	7.954.457.148,09	4.927.780.079,43
<b>Total</b>	<b>189.196.212.147,97</b>	<b>13.310.258.693,72</b>



**27.1. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Financeiro:** representa o déficit atuarial previsto para o regime previdenciário financeiro dos servidores do Rio Grande do Sul. O aumento neste passivo (de R\$ 114,3 milhões em 2019 para R\$ 166,25 bilhões em 2020) deve-se à alteração de política contábil no que se refere ao reconhecimento do Passivo Atuarial do RPPS. No exercício de 2019, a totalidade do saldo da provisão atuarial para benefícios a conceder e parte do saldo da provisão atuarial para benefícios concedidos, lançados pelo IPE Prev, eram anulados, pelo registro em conta redutora de passivo, devido o déficit ser suportado pela Administração Direta, e não pelo IPE Prev. No exercício de 2020, o valor da cobertura de déficit financeiro futuro foi registrado nos encargos gerais do Estado, fazendo que ambos valores (passivo nos encargos gerais do Estado e redutor de passivo no IPE Prev) fossem eliminados no processo de consolidação. Assim, os valores das provisões de benefícios concedidos e de benefícios a conceder passaram a refletir a totalidade do déficit atuarial no Balanço Consolidado e trazer alinhamento com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 15 que trata de benefícios a empregados.

<b>PLANO FINANCEIRO</b>	<b>CIVIL</b>	<b>MILITAR</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Provisão de Benefícios Concedidos</b>	<b>88.544.591.569,29</b>	<b>52.910.951.643,96</b>	<b>141.455.543.213,25</b>
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos</i>	<i>125.954.309.005,42</i>	<i>64.832.213.320,84</i>	<i>190.786.522.326,26</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(24.444.882.220,17)</i>	<i>(7.947.507.784,59)</i>	<i>(32.392.390.004,76)</i>
<i>Contribuição do Aposentado</i>	<i>(10.399.831.523,19)</i>	<i>(3.433.479.200,45)</i>	<i>(13.833.310.723,64)</i>
<i>Contribuições de Pensionistas</i>	<i>(1.822.609.586,89)</i>	<i>(540.274.691,84)</i>	<i>(2.362.884.278,73)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(742.394.105,88)</i>	-	<i>(742.394.105,88)</i>
<i>Cobertura de Insuficiência Financeira</i>	-	-	-
<b>Provisão de Benefícios a Conceder</b>	<b>15.545.015.246,04</b>	<b>9.251.870.611,63</b>	<b>24.796.885.857,67</b>
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder</i>	<i>47.178.063.758,02</i>	<i>16.002.334.501,19</i>	<i>63.180.398.259,21</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(18.763.434.451,62)</i>	<i>(4.419.721.634,36)</i>	<i>(23.183.156.085,98)</i>
<i>Contribuição do Ativo</i>	<i>(9.381.717.225,81)</i>	<i>(2.209.860.817,18)</i>	<i>(11.591.578.042,99)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(3.487.896.834,55)</i>	<i>(120.881.438,02)</i>	<i>(3.608.778.272,57)</i>
<i>Cobertura de Insuficiência Financeira</i>	-	-	-
<b>Total da Provisão</b>	<b>104.089.606.815,33</b>	<b>62.162.822.255,59</b>	<b>166.252.429.070,92</b>

**27.2. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Previdenciário:** Até o exercício de 2019 representava o déficit atuarial, reconhecido no IPE Prev, previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (Fundoprev). No exercício de 2020, o valor da provisão representa os recursos garantidores do Fundoprev (ativo real líquido), visto que o Resultado Atuarial, desconsiderando o plano de amortização, foi Superavitário em R\$ 2.690.602.764,40 (R\$ 2.878.290.724,59 de superávit no Fundoprev Civil e R\$ 187.687.960,19 de déficit no Fundoprev militar). Para equalizar este superávit, foi efetuado um Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário, que representa o resultado atuarial reconhecido no IPE Prev previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (Fundoprev), já considerado o montante do Plano de Amortização. O valor é apurado por meio de avaliação atuarial e evidencia suficiência de recursos para a cobertura dos compromissos com benefícios previdenciários concedidos e a conceder. Destaca-se que os dados se referem à Avaliação Atuarial 2020 (data base 31/12/2019) e não considera os efeitos da LC 15.511 de 24/08/2020:

<b>Plano Previdenciário</b>	<b>Fundoprev Civil</b>	<b>Fundoprev Militar</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Provisão de Benefícios Concedidos</b>	<b>39.200.092,99</b>	<b>13.817.777,46</b>	<b>53.017.870,45</b>
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos</i>	<i>49.938.180,59</i>	<i>13.817.777,46</i>	<i>63.755.958,05</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(4.720.691,96)</i>	<i>-</i>	<i>(4.720.691,96)</i>
<i>Contribuições de Aposentados</i>	<i>(2.239.683,84)</i>	<i>-</i>	<i>(2.239.683,84)</i>
<i>Contribuições de Pensionistas</i>	<i>(2.481.008,11)</i>	<i>-</i>	<i>(2.481.008,11)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(1.296.703,69)</i>	<i>-</i>	<i>(1.296.703,69)</i>
<b>Provisão de Benefícios a Conceder</b>	<b>(605.092.877,72)</b>	<b>618.998.108,84</b>	<b>13.905.231,12</b>
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder</i>	<i>6.297.882.461,21</i>	<i>2.787.876.727,20</i>	<i>9.085.759.188,41</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(3.144.802.786,08)</i>	<i>(1.065.978.286,64)</i>	<i>(4.210.781.072,72)</i>
<i>Contribuições dos Servidores</i>	<i>(3.144.802.786,08)</i>	<i>(1.065.978.286,64)</i>	<i>(4.210.781.072,72)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(613.369.766,77)</i>	<i>(36.922.045,08)</i>	<i>(650.291.811,85)</i>
<b>Provisão Plano de Amortização</b>	<b>(1.682.310.947,61)</b>	<b>(274.148.334,42)</b>	<b>(1.956.459.282,03)</b>
<b>Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário</b>	<b>4.560.601.671,95</b>	<b>86.460.374,42</b>	<b>4.647.062.046,37</b>
<b>Total da Provisão</b>	<b>2.312.397.939,61</b>	<b>445.127.926,30</b>	<b>2.757.525.865,91</b>

**27.3. Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo** - Registra provisões para repartição tributária sobre tributos a receber reconhecidos no ativo, conforme normatizado na Instrução Normativa Cage nº 09/2019.

**27.4. Provisão de Precatórios a Pagar** - Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos, conforme Nota Explicativa nº 22.3.

**27.5. Provisão para Indenizações Trabalhistas** - São os passivos de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas trabalhistas (estatutárias, previdenciárias e CLT). O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa Cage nº 08/2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

<b>Provisão para Indenizações Trabalhistas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Férias Indenizadas	300.000.000,00	336.615.000,00
Reajustes do vale-refeição	236.504.428,00	189.403.800,00
Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e comp.	219.312.517,79	156.865.057,54
Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995.	162.101.680,00	-
Habilitação de Marido e companheiro junto ao IPE Prev na condição de pensionista	142.189.229,78	83.983.520,00
Promoção de classe do Magistério ano 2000	83.000.000,00	79.613.300,00
Incorporação da gratificação de incentivo tecnológico (GEP/GIT)	65.750.612,12	-
Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção	63.664.460,45	102.998.072,27
Reflexo do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina	60.000.000,00	60.000.000,00
Abono Família - servidores em contrato emergencial	59.400.000,00	65.510.783,10
Reflexo das horas extras na gratificação natalina	40.779.000,00	40.779.000,00
Devolução da contribuição previdenciária suplementar de 2%	39.027.907,03	50.197.547,00
Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS	37.926.800,00	125.484.220,95
Responsabilidade subsidiária pela contratação de serviços terceirizados	-	349.900.000,00
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	82.936.877,40	62.758.283,45
<b>Total</b>	<b>1.592.593.512,57</b>	<b>1.704.108.584,31</b>

- **Férias indenizadas** - Servidores, ao se aposentarem, estão ajuizando demandas pretendendo indenização por períodos de férias não gozados, com base no art. 74 da LC nº 10.098/94. A tese defensiva do Estado é no sentido de que o art. 74, pelo princípio da legalidade, não pode ser aplicado nos casos de aposentadoria, mas somente nos casos de exoneração.

- **Reajustes do Vale-Refeição** – Demandas judiciais relativas ao cumprimento da Lei Estadual nº 10.002 de 06/12/1993 que estabelecia a revisão mensal dos valores de vale-refeição. A partir de 1º de abril de 2010 a Lei nº 13.429/2010 estabeleceu a revisão anual do vale-refeição e, com isso, houve acordo em cerca de 20 mil processos judiciais. No valor provisionado está incluído o valor estimado do percentual de processos judiciais sobre os quais existe perspectiva de acordo.
- **Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada** – Refere-se a inúmeras demandas individuais contra as Fundações Estaduais postulando diferenças salariais em razão do pagamento incorreto de horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e a Fundação de Atendimento Especial (Fpergs).
- **Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995** - As ações judiciais que envolvem os reajustes das Leis nº 10.395/1995 e nº 10.420/1995, denominadas “Leis Britto”, representam a grande maioria das demandas repetitivas ajuizadas por servidores públicos estaduais nos últimos anos, restando ainda cerca de 10.270 processos em fase de execução/cumprimento de sentença.
- **Habilitação de marido e companheiro na condição de pensionista** - demandas judiciais nas quais os autores, na condição de marido ou companheiro de servidora pública estadual falecida, postulam o reconhecimento do direito à habilitação na condição de pensionista à Previdência Estadual.
- **Promoção de classe do Magistério ano 2000** - Trata-se da ação coletiva nº 001/1.09.0289337-1, ajuizada pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, na qual o Estado foi condenado ao pagamento das diferenças de vencimentos decorrentes da promoção de classe do magistério, realizada no ano de 2004 mas com efeitos retroativos a contar de 15 de outubro de 2000, aos associados do Sindicato.
- **Incorporação da Parcela GEP/GIT** - Reclamatória trabalhista ajuizada contra o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev) em que os reclamantes obtiveram diferenças salariais decorrentes da condenação a título de gratificação de incentivo tecnológico (GIT), desde outubro de 1989, em parcelas vencidas e vincendas, na proporção em que vinha sendo paga, em relação ao salário-base, computados os valores da gratificação de estímulo previdenciário (GEP) incorporados a este, com reflexos. O processo retornou, em 12/06/2020, para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), tendo em vista a interposição de Agravo de Instrumento.
- **Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção (Caixa Econômica Estadual - CEE)** – Refere-se a diversas ações tratando de demandas dos empregados da extinta CEE. Na reclamatória trabalhista nº 0018900-20.1995.5.04.0018 a 1ª Turma do TRT4 declarou a existência de um único contrato de trabalho entre as sucedidas Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, Habitasul Crédito Imobiliário S/A e Finhab Crédito Imobiliário S/A, empresas liquidadas extrajudicialmente, e a CEE, atribuindo a esta a condição de sucessora para todos os efeitos trabalhistas. A reclamatória trabalhista nº 0034900-75.2007.5.04.0018 foi ajuizada pelo Sindicato dos Servidores do Quadro Especial vinculado à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicaxa) postulando a correção mensal do bônus refeição recebido pelos empregados da extinta CEE, conforme a variação da cesta básica medida pelo IEPE/UFRGS. O processo encontra-se em fase final de impugnações, tendo o Estado iniciado tratativas de conciliação para formato de pagamento que gere menor impacto nas contas públicas. Existem ainda reclamações trabalhistas alegando que o Estado não teria observado o prazo previsto no art. 145 CLT para o pagamento das férias. Algumas ações judiciais tratam do adimplemento de promoções na carreira devidas aos empregados da extinta CEE. Outras ações tratam do reajuste salarial oriundo na diferença de 18,12% entre os reajustes previstos nos incisos I, II, III, IV e V da Lei Estadual 10.395/95 e aqueles concedidos a partir da incidência das Leis Estaduais 10.421/95 e 13.389/10.

- **Reflexos do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina** - Servidores públicos vêm postulando o reflexo do auxílio transporte e do abono família sobre a gratificação natalina, com base na interpretação do art. 104 da Lei Complementar nº 10.098/94, bem como no conceito de remuneração dos artigos 79 e 85 do referido estatuto.
- **Abono família de servidores em contrato emergencial** – Atualmente existem 2.494 processos de servidores contratados de forma emergencial, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), postulando o recebimento do abono família sob o argumento de que há previsão no art. 1º da Lei nº 6.526/73. A defesa do Estado centra-se no fato de que a Lei nº 6.526/1976 não foi recepcionada pela CF/88 e que o benefício regrado posteriormente na Lei Complementar nº 10.098/1994, por ter natureza previdenciária, não se aplicaria a servidores vinculados ao RGPS, que deveriam postular o recebimento de salário família junto ao INSS.
- **Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina** - Atualmente tramitam cerca de 2.343 ações ordinárias e recursos de servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de gratificação natalina sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem.
- **Devolução da Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%** - Trata-se de execução de Ação Coletiva nº 001/1.08.0095814-8 em que o IPE Prev foi condenando a restituir os valores de contribuição previdenciária suplementar instituídos pela Lei Complementar nº 10.588/95 incidentes sobre aposentadorias e pensões, demanda essa já transitada em julgado. Foi realizado acordo judicial com vistas ao pagamento.
- **Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS** - Atualmente estão tramitando 57 ações onde contesta-se o congelamento de gratificações dos servidores do extinto Departamento do Meio Ambiente - DMA, vinculado à ex-Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado – SSMA. Com a publicação da Lei Estadual nº 9.077/1990 que criou a Fepam, fundação que assumiu as atribuições do DMA, os avanços trienais (5% a cada 3 anos) foram congelados e os funcionários passaram a perceber quinquênios (5% a cada 5 anos). Quanto à incorporação da parcela “Complementação SUDS” e/ou “Convênio SUDS”, decorre de convênio firmado entre a SSMA e o Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de constituir no Estado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). O referido sistema estabeleceu a isonomia salarial baseada no maior valor entre os servidores da então SSMA e do INAMPS, porém, a parcela permaneceu inalterada por diversos períodos.
- **Responsabilidade subsidiária contratação de serviços terceirizados** – Esta provisão foi reclassificada por envolver responsabilidades do Estado enquanto contratante de serviços e não como empregador.

**27.6. Provisão de Pensões Integrais a Pagar** - São dívidas reconhecidas e pendentes de pagamento a pensionistas. Referem-se a diferenças de integralidade e da Lei Britto (Lei nº 10.395/95).

**27.7. Provisão de Compensação Previdenciária** – valores relativos a compensações entre o INSS (Regime Geral) e o RPPS (Regime Próprio de Previdência do Estado).

**27.8. Provisão para Riscos Cíveis:** São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas cíveis. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08/2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153/2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual é demandada.

<b>Provisão para Riscos Cíveis</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes	29.054.093,71	29.054.093,71
Ação Indenizatória por Perdimento de Grãos	26.221.054,70	26.221.054,70
Ação Indenizatória de lucros cessantes - CIEPs	4.300.000,00	-
Outras Provisões para Riscos Cíveis	2.644.923,35	3.491.575,48
<b>Total</b>	<b>62.220.071,76</b>	<b>58.766.723,89</b>

- **Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes** – Trata-se de execução provisória proposta pelo Clube de Investimento dos Empregados da CRT contra o Estado na qual é a pleiteada a indenização por danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da edição do Decreto Estadual nº 39.250/1999.
- **Ação Indenizatória por perdimento de grãos** - Trata-se de execução de sentença que tramita perante a 1ª Vara Federal de Porto Alegre, proposta pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB contra o Instituto Riograndense do Arroz - IRGA, com base em título executivo de ação de depósito relativo ao perdimento de mais de 8.000 toneladas de arroz.
- **Ação Indenizatória de lucros cessantes – CIEPs** - Processo no qual o Estado foi condenado a pagar indenização por lucros cessantes, consistentes no lucro líquido que as construtoras demandantes teriam se houvesse sido levado a termo os contratos firmados visando a construção de CIEP's (Centros Integrados de Educação Pública), valor a ser determinado em liquidação de sentença.

**27.9. Provisão para Riscos Fiscais** - São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas fiscais. Em 2020, o saldo desta provisão refere-se à execução de sentença relativa aos honorários de sucumbência estabelecidos em favor da parte adversa em demanda de natureza fiscal, estabelecidos em 15% sobre o montante da restituição e dos depósitos judiciais.

**27.10. Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar:** Demonstra a contrapartida da remuneração calculada e pendente de pagamento referente ao SIAC.

#### **27.11. Outras Provisões**

<b>Outras Provisões</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Tema 810 STF - débitos em fase de liquidação/execução	4.564.015.145,45	-
Tema 810 STF - estoque de RPVs	1.080.900.000,00	2.172.348.661,69
Tema 96 STF (juros entre data do cálculo e a expedição de precatório/RPV)	900.000.000,00	972.000.000,00
Tema 1037 STF (juros entre expedição de precatório/RPV e pagamento)	-	1.548.000.000,00
Outras Provisões	1.409.542.002,64	235.431.417,74
<b>Total</b>	<b>7.954.457.148,09</b>	<b>4.927.780.079,43</b>

- **Tema 810 STF: débitos em fase de liquidação/execução de sentença** – Inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública. Com o julgamento definitivo do Tema 810 STF, foi declarada inconstitucional a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária a incidir sobre os débitos da Fazenda Pública, tal como previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, na redação que lhe conferiu a Lei nº 11.960/09. O mencionado Tema estende seus efeitos sobre os critérios de juros e correção monetária a serem aplicados nas fases de liquidação, execução e/ou cumprimento de sentença promovidas contra a Fazenda Pública. Outrossim, diante da necessidade de observância das hipóteses de preclusão e coisa julgada também na fase de pagamento, via de regra não se concorda com revisões de cálculo base quando já expedidas e/ou pagas as ordens de pagamento (precatório ou RPV), salvo quando pendente de decisão judicial. O valor da provisão considera é uma estimativa para os processos ainda em fase de liquidação/cumprimento de sentença/execução.

- **Tema 810 STF: estoque de RPVs** - Diante da possibilidade de revisão do cálculo base, em face dos termos da declaração de inconstitucionalidade com efeitos retroativos do Tema 810 do STF, A PGE vem trabalhando no sentido de buscar o reconhecimento da inaplicabilidade do referido Tema aos requisitórios de pagamento já expedidos, quer em vista da preclusão ou da coisa julgada (Tema 733 STF), quer em vista da incidência do teor do julgamento de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62 pelas ADI's nº 4357 e 4425, a qual teve modulados os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da TR como critério de correção monetária para os requisitórios de pagamento expedidos até 25/03/2015.
- **Tema 96 STF** - Tramitou no âmbito do Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário nº 579.431, no qual foi reconhecida a repercussão geral, acerca "das questões que envolvem os juros de mora no período compreendido entre a data do cálculo de liquidação e a data da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório". O referido Tema já foi objeto de deliberação pelo Plenário da Corte, em 30/06/2017, o qual decidiu que incidem juros moratórios no período compreendido entre a data da realização do cálculo e a da expedição da RPV ou do precatório.
- **Tema 1037 STF** - Trata-se do RE nº 1169289, com repercussão geral reconhecida, no qual se discutia a "incidência dos juros da mora no período compreendido entre a expedição do precatório ou RPV (requisição de pequeno valor) e o efetivo pagamento". Em sessão de julgamento virtual de 05/06 a 15/06/2020, o Plenário do STF, apreciando o Tema 1037 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário. Com a vitória jurídica obtida, a estimativa para fins de contingenciamento não mais subsiste.

## 28. Resultado Diferido

Representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ocorrido o fato gerador, conforme detalhamento abaixo:

<b>Resultado Diferido</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
IPVA antecipado	914.820.870,34	886.920.649,03
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(457.410.435,17)	(443.460.324,52)
<b>Total</b>	<b>457.410.435,17</b>	<b>443.460.324,51</b>

## 29. Resultados Acumulados

A variação dos Resultados acumulados decorre do Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Nota Explicativa nº 33) e dos Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota Explicativa nº 30):

<b>Resultados acumulados</b>	
Saldo de 31/12/2019	(68.267.682.143,40)
Resultado Patrimonial do Exercício	207.471.530.598,99
Ajustes de Exercícios Anteriores	(378.907.441.749,36)
<b>Saldo de 31/12/2020</b>	<b>(239.703.593.293,77)</b>

Os resultados acumulados foram relevantemente impactados pela alteração de política contábil no que se refere ao reconhecimento do Passivo Atuarial do RPPS. Essa alteração resultou no reconhecimento, nos encargos gerais do Estado, do passivo de R\$ 166.241.581.670,80 referente à cobertura de déficit financeiro futuro, valor também reconhecido em conta redutora do IPE PREV. Assim, ambos valores (passivo nos encargos gerais do Estado e redutor de passivo no IPE PREV) foram eliminados no processo de consolidação, restando, no passivo, os valores da Provisão de Benefícios Concedidos e a Conceder reconhecidos no IPE PREV, conforme Nota Explicativa nº 27.1. Esse passivo de R\$ 166.241.581.670,80 bilhões teve como contrapartida um débito de R\$ 373.092.699.225,65 em Ajustes de Exercícios Anteriores pelo reconhecimento do passivo atuarial existente e 31 de dezembro de 2019 e um crédito de R\$ 206.851.117.554,85 em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, na Demonstração de Variações Patrimoniais -

DVP, referente a redução do passivo apresentado em 31 de dezembro de 2020, conforme Nota Explicativa nº 33.

**30. Ajustes de Exercícios Anteriores:** Refere-se aos valores reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, pois são decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os Ajustes de Exercícios Anteriores estão resumidos no quadro a seguir:

<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	<b>2020</b>
<b>Débito</b>	<b>379.794.687.205,83</b>
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	1.871.861.137,72
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	114.522.178,97
Desreconhecimento de Ativos inscritos em exercício anteriores	1.219.724.354,46
Reconhecimento de Passivos de exercício anteriores	373.093.791.212,56
Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros	2.891.374.762,50
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	603.413.559,62
<b>Crédito</b>	<b>887.245.456,47</b>
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	733.875.695,59
Reconhecimento de Ativos de exercícios anteriores	10.933.389,62
Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros	1.058.342,01
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	141.378.029,25
<b>IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>378.907.441.749,36</b>

**30.1. Despesas de Exercícios Anteriores – Orçamentárias:** Referem-se às despesas orçamentárias executadas com o elemento 92 (Despesas de Exercícios Anteriores) e que teriam como contrapartida uma Variação Patrimonial Diminutiva – VPD caso fossem despesa do exercício.

**30.2. Despesas de Exercícios Anteriores – Pendentes de Execução Orçamentária:** São as despesas reconhecidas no exercício, porém que foram incorridas em exercícios anteriores e ainda não foram pagas e nem empenhadas.

**30.3. Reconhecimento e Desreconhecimento de Ativos e Passivos:** Referem-se a inscrições e baixas em bens, direitos e obrigações (exceto os de natureza financeira) que deveriam ter sido efetuadas em exercícios anteriores. O ajuste de maior impacto foi o de R\$ 373.092.699.225,65 negativos, referente ao reconhecimento, nos encargos gerais do Estado, da cobertura de déficit financeiro futuro ao RPPS – Plano Financeiro (passivo atuarial), apurada em 31 de dezembro de 2019, conforme explicado nas Notas Explicativas nº 27 e nº 29. A diferença entre esse passivo atuarial e o que foi apresentado em 31 de dezembro de 2020 foi registrada no resultado do exercício, conforme evidenciado nas Notas Explicativas nº 29 e nº 33.

**30.4. Ajustes de Exercícios Anteriores – Financeiros:** São as variações que ocorreram nos ativos financeiros que não são decorrentes da execução orçamentária e que deveriam ter sido computadas em exercícios anteriores.

**30.5. Ajustes efetuados diretamente na Consolidação:** São as diferenças entre os saldos que foram excluídos no processo de consolidação em 31 de dezembro de 2019 e os saldos que foram excluídos em 31 de dezembro de 2020, quando essa diferença não estiver relacionada a uma variação computável ao resultado do exercício. Melhor detalhamento do processo de consolidação pode ser consultado nas Notas de Consolidação (Nota Explicativa nº 35).

### **31. Registros em Contas de Controle**

**31.1. Atos Potenciais Ativos e Passivos** - situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, conforme detalhamento do quadro a seguir:

<b>Atos Potenciais Ativos</b>	<b>4.922.151.500,52</b>
<u>Garantias e Contrapartidas Recebidas</u>	<u>1.038.314.067,26</u>
Cauções em Títulos e Valores	1.037.105.146,59
Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos	1.005.746,12
Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas	203.174,55
<u>Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres</u>	<u>127.535.289,62</u>
Fapergs -auxílios a comprovar	98.444.160,12
Administração Direta - auxílios a comprovar	18.248.135,76
Demais entidades - auxílios a comprovar	10.842.993,74
<u>Outros Atos Potenciais Ativos</u>	<u>3.756.302.143,64</u>
Administração Direta - contratos e convênios em execução	1.245.150.190,27
Demais entidades - contratos e convênios em execução	41.477.974,33
Daer - prestações de serviços - valores em discussão	2.068.465.054,01
Compensa - solicitações em andamento	168.376.257,14
Lei 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	232.832.667,89
<b>Atos Potenciais Passivos</b>	<b>422.985.736,79</b>
<u>Garantias e Contrapartidas Concedidas</u>	<u>126.750.217,94</u>
Avais Concedidos	126.750.217,94
<u>Obrigações Contratuais</u>	<u>36.668.066,48</u>
Contratos em Execução	36.668.066,48
<u>Outros Atos Potenciais Passivos</u>	<u>259.567.452,37</u>
Recursos Fundopem p/aumento capital Badesul	26.734.784,48
LEI 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	232.832.667,89

- **Cauções em Títulos e Valores** - Compreende o registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No Daer, o valor de R\$ 1,03 bilhões refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores contratados reverterão ao Daer, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa Daer DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato;
- **Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos** - Compreende os seguros contratados pela administração (imóveis, veículos, obras, etc);
- **Auxílios a comprovar** – Compreende os auxílios concedidos pelo Estado a pessoas físicas ou jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 98,4 milhões) refere-se ao apoio financeiro concedido pela Fapergs a pesquisadores;
- **Contratos e convênios em execução** – Compreende os contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos;
- **Prestações de Serviços – valores em Discussão** – Compreende os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 2,07 bilhões refere-se a obras executadas pelo Daer por delegação do Governo Federal – DNIT;
- **Compensa - solicitações em andamento** – Compreende as solicitações em andamento do programa Compensa/RS, que constitui na compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto



Estadual nº 53.974 instituiu o programa, em regulamentação a Lei nº 15.038/2017. Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias ou fundações. Os valores compensados são baixados do ativo de dívida ativa e do passivo de precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são executados orçamentariamente; e a dívida ativa é registrada como receita orçamentária, de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte divisão:

<b>COMPENSA/RS - Compensações em Andamento</b>	<b>168.376.257,14</b>
Solicitações não homologadas	151.703.116,24
Compensações homologadas, em processo de compensação	10.521.351,34
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	6.151.789,56

- **Lei nº 12.069-2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais** – Demonstra o montante de recursos autorizado pela lei e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme parágrafo 1º, art. 1º, da Lei Estadual nº 12.069/2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.138/2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Ademais, também foi aprovada a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados, por meio da Lei Estadual nº 15.232/2018. Entretanto, a Lei nº 15.476, de 23 de abril de 2020 suspendeu essa recomposição durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 11.220, de 19 de março de 2020;

- **Avais Concedidos** – Representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A quase totalidade do valor corresponde a avais concedidos pelo Estado a Ceee e a Corsan, em contratos de empréstimo;

- **Recursos Fundopem para aumento de Capital do Badesul** – Representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do Badesul, conforme art. 15 da Lei Estadual nº 11.916/2003, alterado pela Lei Estadual nº 14.744/2015.

**31.2. Passivos contingentes** – são riscos fiscais de média probabilidade de ocorrência (não provável, mas possível). O registro contábil em contas de controle ocorreu por força do art. 5º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. Os passivos contingentes totalizaram no exercício R\$ 68,73 bilhões (R\$ 52,62 bilhões em 2019). O acréscimo decorreu principalmente do reconhecimento dos possíveis impactos: 1) compensação de débitos estaduais com precatórios; 2) da inconstitucionalidade da TR nos estoques de precatórios e RPV (atualização); 3) tarifas TUST e TUSD; 4) repasses para os municípios de recursos do FES; 5) inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP; 6) contribuição previdenciária da Fase.

Houve a baixa do passivo contingente relativo ao tema “juros entre expedição e pagamento de precatórios/RPV” (R\$ 270,8 milhões), no qual se discutia a incidência dos juros de mora no período compreendido entre a expedição e o efetivo pagamento, visto o trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) negando o provimento. Já o passivo relativo ao “pagamento de atrasados de

Unidade Real de Valor (URV) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado” teve sua probabilidade de ocorrência reavaliada e passou a ser reconhecido como provisão.

A apuração dos passivos contingentes é efetuada pelos órgãos da Administração Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado – PGE, que emite o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153. Esse relatório contém levantamento dos riscos fiscais referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2020, em comparação a 2019:

<b>Objeto dos Passivos Contingentes</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Implantação Piso Nacional do Magistério	34.499.999.300,00	33.300.800.000,00
Compensação de débitos estaduais com Precatórios	7.000.000.000,00	-
Inconstitucionalidade TR - estoque de precatórios e RPVs	6.734.007.000,00	5.791.822.500,00
Brasil Telecom	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00
Tarifas TUST e TUSD	1.600.000.000,00	-
Repasse para os municípios de recursos do FES	1.434.923.947,64	-
Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP	1.400.000.000,00	-
Contribuição previdenciária da Fase	1.320.000.000,00	-
Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área da saúde	1.276.821.482,00	1.915.613.482,00
Ação Civil Pública. Meio Ambiente	1.000.000.000,00	-
Contribuições do Daer ao IPE Prev e IPE Saúde	986.799.225,51	986.799.225,51
Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas	728.000.000,00	-
Devolução do ICMS em operações com substituição tributária	652.000.000,00	-
Processos individuais na área de saúde	844.497.214,86	2.097.566.591,38
Adicional de insalubridade - servidores de escola	418.810.022,15	-
Diferencial de alíquota de optantes do SIMPLES NACIONAL	392.000.000,00	-
Ações cíveis públicas na área da segurança pública	378.924.747,96	186.285.000,00
PASEP	351.812.359,35	358.382.185,10
Adicional Noturno militares estaduais	285.620.862,79	-
Paridade Pensoes SINPOL	264.000.000,00	-
Reajuste da Lei 11.467/00, 11.678/01 e 11.752/02	228.594.999,41	-
Desapropriação no Município de Torres - Parque Estadual de Itapeva	155.400.000,00	-
Indenização pelo Parcelamento de Salários	105.000.000,00	1.050.000.000,00
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	102.441.488,71	102.441.488,71
Ausência do direito à compensação de créditos de saídas isentas não estornadas de produtos agropecuários	100.000.000,00	-
Fundação Silius	100.000.000,00	-
FGTS de Servidores Temporários	26.486.000,00	51.841.500,00
Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios	1.000.000,00	15.000.000,00
Pagamentos atrasados URV no âmbito do TCE/RS	-	235.000.000,00
Outros	1.340.434.082,92	1.532.800.761,13
<b>Total</b>	<b>68.727.572.733,30</b>	<b>52.624.352.733,83</b>

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos passivos contingentes de média probabilidade de ocorrência que possuem estimativa confiável:

- **Implantação do Piso Nacional do Magistério** – A Procuradoria-Geral do Estado vem atuando na defesa do Estado em milhares de demandas individuais e na Ação Coletiva nº 011.1.11.0246307-9, ajuizada pelo Ministério Público, postulando a implantação do piso salarial nacional do magistério, previsto no artigo 2º da Lei Federal 11.738-2008, além do pagamento de diferenças pretéritas;
- **Compensação de débitos estaduais com Precatórios** - A Procuradoria Fiscal da PGE atua processos judiciais em que os contribuintes de tributos estaduais formulam pedidos de compensação de débitos estaduais com precatórios adquiridos pelos devedores. A matéria referente aos pedidos de compensação de tributos com créditos de precatório, vencido e não pago, formulados antes da edição da Emenda Constitucional nº 62/2009, nos termos do art. 78, § 2º, do ADCT da Constituição Federal (CF88), em face da proteção ao direito adquirido, ato jurídico perfeito e

segurança jurídica, com base no art. 5º, XXXV e XXXVI, da CF88, deverá ser examinada pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral.

- **Inconstitucionalidade da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública sobre o estoque de precatórios e RPVs** – O tema 810 do STF controverte acerca da validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009. As Fazendas estaduais estão atuando conjuntamente na tentativa de alterar o quadro atual do julgamento, no qual já há maioria firmada pela manutenção da eficácia retroativa da inconstitucionalidade da TR, a contar da entrada em vigor da Lei 11.960/09.

- **Brasil Telecom** – A Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nos milhares de ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta CRT;

- **Tarifas TUST e TUSD** - Trata-se de demandas ajuizadas por consumidores que tentam fazer prevalecer a tese da não-incidência do ICMS sobre valores que não configurariam efetivo consumo, ou seja, sobre o valor relativo à tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), cumuladas com repetição de indébito ou compensação com o ICMS devido sobre a fatura de energia elétrica ou com o ICMS devido a outro título.

- **Repasse para os municípios de valores do FES** - Diante da crise financeira, hospitais que atendem pelo SUS e Municípios ingressaram com ações e Mandados de Segurança postulando o correto repasse dos valores previstos. Tais processos apresentam elevados valores, por vezes, com bloqueios nas contas do Estado. Além desses repasses de valores as ações podem envolver pedido de ressarcimento, reestruturação da política pública adotada junto ao hospital e demais contratualizações que envolvam valores que pela Lei 8080/90 seriam objeto de repasse aos hospitais.

- **Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP** - O governo do Estado ingressou com a Ação Cível Originária nº 3.404 perante o Supremo Tribunal Federal (STF), postulando liminar para impedir cobrança em duplicidade para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Sustentou-se na ação que o Estado já repassa o valor destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores (cobertura de insuficiências financeiras e cota patronal das contribuições previdenciárias) pelo Instituto de Previdência do Estado (IPERGS). Portanto, a cobrança também via administração direta do Tesouro Estadual seria indevida, porque seria uma cobrança em duplicidade, já que o IPE é uma autarquia do Executivo.

- **Contribuição previdenciária da Fase** - A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase) recebeu diversas autuações do INSS em razão de que o Certificado de Filantropia fora revogado, o que demandaria o recolhimento da cota patronal em relação a todos os seus empregados. O artigo 55 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, previu requisitos para o exercício da imunidade tributária versada no § 7º do artigo 195 da Carta da República, o que tornou impossível à Fase a certificação da filantropia, basicamente em razão da exigência de que seus diretores não fossem remunerados, o que é incompatível com o caráter público da Fase. A controvérsia envolvendo a nulidade do Ato Cancelatório que gerou a perda do enquadramento da Fase como entidade filantrópica e de Assistência Social, foi submetida à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, proc. nº. 00400.000176/2013-81, o qual se encontra suspenso até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

- **Ações Cíveis Públicas - Repasses na área de Saúde** – O Ministério Público Estadual ajuíza, para cada exercício, desde o ano 2003, ações civis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional.

- **Jardim Zoológico e Reserva Padre Balduino** – Refere-se ao Processo nº 9024988-74.2017.8.21.0001, ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual em face do Estado do Rio Grande do Sul, da extinta Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul (FZB), do Município de São Leopoldo e do Município de Sapucaia do Sul, por meio da qual o Ministério Público pretende obter pronunciamento jurisdicional que: impeça todo e qualquer ato tendente a promover a desafetação e a alienação dos imóveis onde se localizam o Jardim Zoológico e a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo (pertencentes à extinta FZB), sem prévia e específica lei, enquanto não

procedida a reavaliação da área nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional das Unidades de Conservação); declare que a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo é um espaço territorial especialmente protegido; responsabilize os réus pelos danos ambientais causados à reserva ambiental em decorrência das ocupações irregulares da área.

- **Contribuições do Daer ao IPE Prev e IPE Saúde** – Refere-se à cobrança das contribuições ao IPE Prev, período de 1992-2017, no valor de R\$ 922.041.045,60 e ao IPE Saúde, período de 2004-2019, R\$ 64.758.179,91. Encontra-se em análise a possível prescrição parcial e revisão da atualização monetária dos valores.

- **Base de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas** - A recente reforma constitucional possibilitou que, havendo declaração de déficit atuarial, haja a incidência de cobrança de contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário-mínimo (anteriormente havia isenção até o teto do RGPS). Em abril de 2020, o IPE Prev declarou a existência de déficit atuarial, o que permitiu a cobrança desta contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário-mínimo em todas as pensões e proventos. Atualmente estão tramitando 50 ações, sem decisões de mérito, entretanto, a questão merece especial cuidado em face do fator multiplicador, pois, em tese, qualquer aposentado e pensionista atingido pela reforma previdenciária e poderá ajuizar ação pleiteando a suspensão deste desconto.

- **Devolução do ICMS em operações com substituição tributária** - Houve mudança de paradigma com o que restou decidido pelo STF no Recurso Extraordinário (RE) 593.849/MG, oportunidade em que restou fixada a seguinte tese: “É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.” Em seguida, a Corte Constitucional modulou os efeitos do julgamento a fim de que o precedente ali elaborado oriente todos os litígios judiciais pendentes submetidos à sistemática da repercussão geral e os casos futuros oriundos de antecipação do pagamento de fato gerador presumido realizada após a fixação do entendimento, tendo em conta o necessário realinhamento das administrações fazendárias dos Estados-membros e do sistema judicial como um todo ao que decidido pela Corte.

- **Processos Individuais na Área da Saúde** – Diversas ações na área de saúde demandando fornecimento de medicamentos e tratamentos de alto custo, próteses, órteses e demais prestações na área de saúde. Diversos municípios e hospitais ajuizaram ações contestando os valores dos repasses mensais e glosas de faturas. Existem ainda demandas relativas ao fornecimento de *home care* (tratamento domiciliar).

- **Adicional Insalubridade de servidores de escola** - A Procuradoria-Geral do Estado tem registro de 8 mil ações judiciais e recursos envolvendo pretensão de percepção de adicional de insalubridade por servidores ocupantes do cargo Agente Educacional – manutenção de infraestrutura/serviços gerais/auxiliar de serviços complementares ou alimentação, sob a alegação de que exercem atividades insalubres, sem o recebimento dos equipamentos de proteção individual (EPI). Em alguns casos, há pretensão de indenização por danos morais.

- **Diferencial de alíquota de optantes do Simples Nacional** – contribuintes do ICMS optantes pelo regime do Simples Nacional argumentam que a micro e pequena empresa tem direito ao tratamento diferenciado (art. 170, IX e 179 da Constituição Federal), o que importaria em seu favorecimento frente às do Regime Geral, que, em tese, podem se creditar do imposto pago na operação de entrada com o devido na operação de venda da mercadoria. Atualmente a questão está sendo discutida no STF através do Recurso Extraordinário 970.821 cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF, inicialmente, no âmbito do RE 632.782, relativamente ao TEMA 517/STF: “Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL”. O julgamento está, por ora, suspenso.

- **Ações civis públicas (ACP) na área da segurança pública** – Ações promovidas pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul postulado a geração e o implemento de 3.387 vagas prisionais para recolhimento de presos no regime fechado e a reforma de presídios e ACP movida pela Defensoria Pública do Estado (DPE/RS) pleiteando local adequado para o atendimento das vítimas de violência doméstica contra a mulher e vulneráveis em geral.

- **PASEP** - Em 14 de junho de 2002, com base na Medida Provisória nº 38 e na Instrução Normativa SRF nº 160, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), no valor de R\$ 160.975.757,22, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso

II, art. 19, da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 351,8 milhões e encontra-se registrado como Passivo Contingente até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1 que tramita no Supremo Tribunal Federal, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal 11080.003229/2003-21.

- **Adicional noturno de militares estaduais** - Em ações movidas por servidores militares pleiteando o pagamento de adicional noturno, a PGE vem atuando na fixação de tese jurídica no sentido de que os policiais militares não possuem direito à remuneração superior pelo trabalho noturno, em vista da ausência de norma legal específica estabelecendo o benefício, sendo inviável ao Poder Judiciário suprir tal omissão, em vista da ausência de direito constitucional à referida vantagem e da vedação à concessão de vantagem remuneratório por isonomia, dada a inaplicabilidade do art. 39, § 3º, da CF/88, a inconstitucionalidade do art. 46, I, da Constituição do Rio Grande do Sul de 1989 e a ausência de outra previsão do direito na Constituição.
- **Paridade Pensões SINPOL** - Trata-se da ação coletiva nº 001/11600805494, ajuizada pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande Do Sul (SINPOL) contra o IPE Prev, a qual foi julgada parcialmente procedente para o fim de reconhecer aos pensionistas dos policiais civis com paridade nos termos constitucionais o direito aos reajustes previstos nas Leis Estaduais nº 14.072/12 e nº 14.073/12.
- **Reajuste da Lei 11.467/00, 11.678/01 e 11.752/02** - Ações que tratam do reajuste salarial consistente na diferença entre os reajustes previstos no artigo 1º da Lei Estadual 11.467/2000 e no art. 1º da Lei Estadual 11.678/2001, abatidos os reajustes concedidos na Lei Estadual 11.752/2002, computados de forma acumulada e respeitado o período em que previstos e concedidos, devido aos empregados da extinta Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, a qual foi sucedida pelo Estado do Rio Grande do Sul em todos os seus deveres e obrigações.
- **Desapropriação no Município de Torres - Parque Estadual de Itapeva** - Trata-se de ação de desapropriação ajuizada pelo Estado, com fundamento nos Decretos Estaduais nº 42.009/2002, que criou o Parque Estadual de Itapeva, e nº 51.462/2014, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, terreno e acessórios situados no Município de Torres/RS, destinados à regularização do Parque Estadual de Itapeva.
- **Indenização pelo Parcelamento de Salários** - Existem cerca de 30 mil ações judiciais e recursos, propostas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e gratificações natalinas. Tais ações postulam o cumprimento da norma prevista no art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais. O valor estimado para contingenciamento considera o valor médio da indenização por danos morais.
- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** - Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- **Ausência do direito à compensação de créditos de saídas isentas de produtos agropecuários** - Trata-se de matéria sobre a qual tem havido dificuldade de compreensão por parte do Poder Judiciário com relação aos limites de benefício fiscal existente e à identificação do setor produtivo ao qual se aplica, com enorme risco de prejuízos aos cofres do Estado devido à ampliação indiscriminada do benefício.
- **Fundação Silius** - Trata-se de Ação Civil Pública nº 5038634-12.2016.4.04.7100/RS movido pela Associação dos Funcionários da Companhia Estadual de Silos e Armazéns e outro. O Estado pediu ingresso como amicus curiae, para afastar dívida que se pretende imputar à Companhia Estadual de Silos e Armazéns - Cesa, em processo de extinção, conforme Lei Estadual nº 15.183. O Estado será seu sucessor.
- **FGTS de Servidores Temporários** - Refere-se a centenas de ações judiciais propostas por servidores contratados emergencialmente, principalmente por integrantes do magistério e servidores de escola, que alegam nulidade das renovações sucessivas dos contratos e postulam o

depósito/pagamento de FGTS. Contudo, o decaimento, que repercute na condenação ao depósito do FGTS, atinge apenas os contratos declarados nulos pelo Poder Judiciário. A estimativa anterior para fins de contingenciamento (R\$ 51 milhões) não mais se mantém, considerando o corte havido com a decisão das Turmas Recursais Unidas (Pedido de Uniformização de Jurisprudência nº 71007787237) estabelecendo que é nulo o contrato temporário de servidor temporário que tenha sido sucessivamente renovado para além do período de cinco anos, desde que a parte tenha expressamente postulado o reconhecimento desta nulidade. Resultando em uma nova estimativa de R\$ 26 milhões.

- **Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios** - Refere-se ao contingenciamento para possíveis ações interpostas contra o Estado tendo em vista o julgamento do Tema 365 pelo STF: “Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento”. A situação, porém, revela-se bem mais favorável ao Estado que em anos anteriores. O STF tem devolvido os agravos de instrumento interpostos contra a negativa de seguimento de recursos extraordinários interpostos pelos autores da ação para que a Câmara Delegada analise a aplicação do Tema 365, o que tem levado à extinção dos REs. No Relatório anterior havia sido apresentada uma estimativa de R\$ 15 milhões, que não se concretizou.

**31.3. Outros controles necessários para a gestão administrativa.** Demonstra-se, a seguir, alguns valores relevantes registrados:

<b>Outros Controles</b>	
Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667/2001	10.890.178.727,67
Participações Societárias em empresas controladas - capital subscrito	5.953.230.706,93

- **Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667/2001** – Registra o montante dos depósitos judiciais, em dinheiro, referidos na Lei nº 11.667/2001, sujeito ao limite de 95% de disponibilização ao Estado, conforme parágrafo 1º, art. 1º da Lei nº 12.069/2004.

<b>Total dos Depósitos Judiciais, conforme Lei Estadual nº 11.667/2001</b>	<b>10.890.178.727,67</b>
Percentual limite de utilização pelo Estado, conforme Lei Estadual nº 12.069/2004	95%
Limite de utilização pelo Estado	10.345.669.791,29
Valor Utilizado pelo Estado	10.112.837.123,40
<b>Percentual utilizado pelo Estado</b>	<b>92,86%</b>

A diferença entre o valor utilizado pelo Estado e o limite máximo de utilização (R\$ 232,8 milhões) está registrada nas contas de atos potenciais ativos e passivos, conforme tabela do item “a”. Destaca-se que o Banrisul, responsável pelo gerenciamento dos depósitos judiciais, apartou desta conta os depósitos judiciais em que o Estado é parte, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, que determina o limite de 70% para estes depósitos. Assim, além dos R\$ 10,11 bilhões utilizados pelo Estado, por força da Lei nº 12.069/2004, também foram utilizados R\$ 482,8 milhões de um total de R\$ 881.917.196,99 de depósitos judiciais em que o Estado é parte, conforme orientação do Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS. A seguir, apresenta-se o resumo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado:

<b>Tipo de Depósito</b>	<b>Saldo total</b>	<b>Valor utilizado</b>	<b>Percentual</b>
Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 12.069/04	10.890.178.727,67	10.112.837.123,40	92,86%
Depósitos Judiciais - Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS	969.176.222,72	482.848.319,54	49,82%
<b>Total</b>	<b>11.859.354.950,39</b>	<b>10.595.685.442,94</b>	<b>89,34%</b>

- **Participações Societárias em empresas controladas, capital subscrito** – Demonstra o valor do capital subscrito nas empresas controladas pelo Estado. O valor do investimento é calculado pelo Método de Equivalência Patrimonial e reconhecido no Ativo Não Circulante.

### **Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC**

**32.** A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta a movimentação das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) dentro do exercício, em três grupos, que expressam as entradas e saídas relacionando-as com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos resultados líquidos de cada um desses grupos totaliza a variação no caixa do período, que deve coincidir com a diferença entre os saldos respectivos das disponibilidades, constantes no Balanço Patrimonial, entre o início e o fim do período. O Resultado Positivo do Fluxo de Caixa decorre principalmente das atividades operacionais, que registraram ingressos de Receitas derivadas e originais superiores aos desembolsos com pessoal, juros e encargos da dívida e demais despesas correntes, exceto transferências. As atividades de investimento também apresentaram resultado positivo impactadas pela desconstituição de Fundos. Por outro lado, o fluxo de caixa das atividades de financiamento impactou negativamente, principalmente, em razão das amortizações de empréstimos e financiamentos terem sido superiores aos ingressos de operações de crédito.

### **Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP**

**33.** Na Demonstração das Variações Patrimoniais as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas independentemente da execução orçamentária. O Resultado Patrimonial do Exercício não considera os Ajustes de Exercícios Anteriores que foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, conforme Nota Explicativa nº 30. O Resultado do Exercício foi expressivamente positivo (R\$ 207.471.530.598,99) em razão, principalmente, da redução do passivo atuarial do RPPS – Plano Financeiro entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, na importância de R\$ 206.851.117.554,85, que foi registrada em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas da DVP.

### **Balanço Financeiro**

**34.** O Balanço Financeiro evidencia as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte e destinação de recursos. Apresenta também os ingressos e dispêndios não decorrentes da execução orçamentária, conjugados com os saldos de exercício anterior relacionados aos ativos financeiros (Caixa e Equivalente de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados) e os que se transferem para o exercício seguinte.

### **35. Nota Explicativa da Consolidação**

A consolidação dos balanços e demonstrativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, que formam o Setor Governamental do Estado, foi realizada mediante os ajustes especificados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Exclusões)					
ATIVO	Nota	(10.389.912.302,14)	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota	(10.389.912.302,14)
<b>Ativo Circulante</b>		<b>(9.376.907.031,84)</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>(8.197.447.539,58)</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	a	(5.165.590.241,09)	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	d	(360.875.067,03)
Créditos a Curto Prazo	b	(4.211.316.790,75)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	e	(254.447,73)
			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	f	(171.307,91)
			Demais Obrigações a Curto Prazo	g	(7.836.146.716,91)
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>(1.013.005.270,30)</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>(1.695.885.859,89)</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	c	(1.013.005.270,30)	Provisões a Longo Prazo	h	(1.695.885.859,89)
			<b>Patrimonio Líquido</b>		<b>(496.578.902,67)</b>
			Resultados Acumulados	i	(496.578.902,67)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO (Exclusões)					
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	NOTA		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	NOTA	
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	b.3; c.2 e c.4	(578.161.152,07)	Pessoal e Encargos	d.2	(2.095.998,93)
			Tributárias	f	(43.362,58)
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	h.3	(772.048.489,99)
			<b>Resultado Patrimonial do Período</b>		<b>(774.187.851,50)</b>

**a.** Do Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 5.165.590.241,09, referente aos valores resgatados do SIAC, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 5.165.138.464,71); e R\$ 451.776,38 referente à diferença entre as aplicações do SIAC das Autarquias e Fundações e o passivo do SIAC registrado no Estado, contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores (R\$ 218.851,68) e em Resultados Acumulados (R\$ 232.924,70), do Patrimônio Líquido.

**b.** Dos Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 4.211.316.790,75, referente:

**b.1.** Depósitos do SIAC da Administração Direta, Autarquias e Fundações: R\$ 2.523.676.683,31, referente aos valores concomitantemente registrados no passivo (passivo com entidades do Estado e valores resgatados), contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

**b.2.** Saldos contabilizados pelo Estado cujos devedores são Autarquias e Fundações do Estado: R\$ 33.170.916,50, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 32.810.324,92) e em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 360.591,58).

**b.3.** Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.619.260.842,26; contrapartida em Valorização e Ganhos com Ativos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 170.464.971,29); em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 35.894.726,01); em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 50.352.051,64); em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -36.500.121,29) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 1.399.049.214,61).



**b.4.** Bens e direitos de Autarquias e Fundações extintas: R\$ 33.057.282,92; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 82.975.894,89) e em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -49.918.611,97). Esses valores correspondem ao total de ativos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

**b.5** Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Administração Direta: R\$ 2.151.065,76; contrapartida em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante. Corresponde a sequestros judiciais de RPVs que ocorreram em conta bancária de Autarquia ou Fundação e que serão restituídos pela Administração Direta.

**c.** Do Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, foi excluído o montante de R\$ 1.013.005.270,30, referente:

**c.1.** Saldos contabilizados pela Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH (extinta) e transferidos para a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG cujo devedor é o Estado: R\$ 228.515.841,93; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido.

**c.2.** Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE em Dívida Ativa cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.746.880.273,04; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 388.625.235,04); em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 26.751.015,32) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 1.331.504.022,68).

**c.3.** Saldo contabilizado pelo IPE SAÚDE em Ajustes para perdas da Dívida Ativa (conta retificadora): R\$ -1.118.652.217,11; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido.

**c.4.** Saldo contabilizado pelo IPE SAÚDE em outros créditos a longo prazo, cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 19.070.945,74; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais.

**c.5.** Remuneração SIAC a Receber: R\$ 137.190.426,70; contrapartida em Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 18.370.218,25) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 118.820.208,45).

**d.** De Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 360.875.067,03, referente:

**d.1.** Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Administração Direta, conforme nota b.5.

**d.2.** Saldos contabilizados pelas entidades do Estado cujo os credores são o IPE PREV e o IPE SAÚDE: R\$ 358.724.001,27; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -297.604.796,34); em Pessoal e Encargos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 2.095.998,93); em Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante, conforme nota b.3 (R\$ 50.352.051,64); em Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, conforme nota c.2 (R\$ 26.751.015,32) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 577.129.731,72).

**e.** De Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 254.447,73; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 125.799.893,81) e em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -125.545.446,08). Esses valores correspondem ao total de passivos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

**f.** De Obrigações Fiscais a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 171.307,91; contrapartida em Tributárias, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 43.362,58) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 127.945,33).

**g.** De Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 7.836.146.716,91, referente:

**g.1.** Passivos do Estado no SIAC e valores resgatados (R\$ 7.688.815.148,02), em contrapartida de Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante (R\$ 5.165.138.464,71, nota "a") e em Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 2.523.676.683,31; nota b.1).

**g.2.** Passivos de consignações a favor do IPE PREV e IPE SAÚDE (R\$ 143.210.754,09), em contrapartida de Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 68.705.050,93, notas b.2 e b.3); em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -119.887.466,41) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 194.393.169,57).

**g.3.** Passivos de indenizações diversas em favor de entidades do Estado em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 4.120.814,80).

**h.** De Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante foi excluído o montante de R\$ 1.695.885.859,89, referente:

**h.1.** Remuneração do SIAC a pagar (R\$ 923.837.369,90), em contrapartida de Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ 18.370.218,25, nota c.5); em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -30.298.576,53) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 935.765.728,18).

**h.2.** Outras Provisões a Longo Prazo e Provisões Matemáticas Previdenciárias (R\$ 0,00): Compensação entre passivo de outras provisões a longo prazo (R\$ 166.241.581.670,80) registrado nos encargos gerais do Estado contra as contas redutoras de cobertura de insuficiência financeira registradas nas provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo no IPE PREV (R\$ -166.241.581.670,80).

**h.3.** Provisão de Precatórios Centralizados no Tesouro (R\$ 772.048.489,99), em contrapartida de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais. Trata-se do saldo de Precatórios devido por Autarquia não dependente de recursos do Tesouro que demandará ressarcimento assim que o Tesouro efetuar o pagamento. O passivo de precatórios encontra-se todo registrado nos encargos gerais do Estado.

**i.** De Resultados Acumulados (Déficit), do Passivo Líquido, foi excluído o montante de R\$ 496.578.902,67, referente:

**i.1.** As exclusões de consolidação de exercícios anteriores em contrapartida de ajustes de exercícios anteriores, ambos do Patrimônio Líquido (R\$ 0,00): A compensação entre as contas foi de R\$ 21.340.650,19.

**i.2.** As exclusões de consolidação de exercícios anteriores (R\$ 230.570.071,73), conforme notas a, b.3, b.4, c.1, c.2, c.3, c.5, d.2., e, f, g.2, h.1 e i.1.

**i.3.** As exclusões de consolidação que afetaram o Resultado do Exercício (R\$ -196.026.699,43), conforme quadro de exclusões da Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado.

**i.4.** Aos ajustes de exercícios anteriores de consolidação (R\$ 462.035.530,37), conforme notas a, b.2, b.3, b.4, d.2, e, g.2, g.4, h.1 e i.1.

**j.** As transferências intragovernamentais foram excluídas da Demonstração de Variações Patrimoniais Consolidada, Do Balanço Financeiro Consolidado e da Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado.

**k.** As exclusões de ativos e passivos financeiros evidenciadas nesta nota também impactaram o Balanço Financeiro Consolidado e a Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidada.

**Porto Alegre, 31 de dezembro de 2020.**

**Eduardo Leite**  
Governador do Estado

**Marco Aurelio Cardoso**  
Secretário da Fazenda

**Rogério da Silva Meira**  
Contador e Auditor-Geral do Estado  
CRCRS – 16640, T-RS